



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Casa de Eptácio Pessoa"

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA



ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2025.

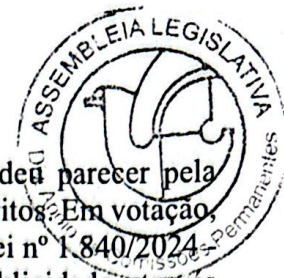
Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário José Mariz, sob a presidência do deputado João Gonçalves, realizou-se a 18ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Estiveram presentes os seguintes deputados: Camila Toscano, como secretária; Danielle do Vale; e Silvia Benjamin. Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano, o senhor presidente declarou aberta a reunião e convidou a deputada Camila Toscano para a leitura do ato de convocação, bem como da ata da 17ª reunião ordinária da CCJR. Em seguida, o presidente colocou a ata em discussão e votação, sendo aprovada sem restrições, sem debates e por unanimidade. Prosseguindo, deu-se início à apreciação das matérias. Ato contínuo, a secretária, deputada Camila, fez a leitura das matérias prejudicadas: 93/2023 - do deputado Wilson Filho; 1.880/2024 - do deputado Branco Mendes; 1.937/2024 - do deputado Eduardo Carneiro; 2.208/2024 - do deputado Dr. Romualdo; 2.240/2024 - do deputado Luciano Cartaxo; 2.361/2024 - da deputada Francisca Motta; 2.417/2024 - do deputado João Gonçalves; 2.418/2024 - do deputado João Gonçalves; 2.802/2024 - do deputado Chió; 2.999/2024 - do deputado Wallber Virgolino; 3.169/2024 - da deputada Jane Panta; 3.288/2024 - da deputada Francisca Motta; 3.285/2024 - do deputado Michel Henrique; 3.368/2024 - do deputado Caio Roberto; 3.368/2024 - do deputado Anderson Monteiro; 3.555/2025 - do deputado Fábio; 3.669/2025 - do deputado



Gilbertinho; 3.715/2025 - do deputado Sargento Neto; 3.825/2025 - da deputada Francisca Motta; 3.847/2025 - do deputado Chió; 3.923/2025 - do deputado Chió; 3.961/2025 - da deputada Danielle do Vale; 4.223/2025 - do deputado Luciano Cartaxo; 4.284/2025 - do deputado Michel Henrique; 5.012/2025 - da deputada Cida Ramos; 5.020/2025 - do deputado Júnior; 5.161/2025 - do deputado Luciano Cartaxo. Todas as matérias foram consideradas prejudicadas. Também foi realizada a leitura da matéria sujeita a despacho do presidente: 1.865/2024 - do deputado Wallber Virgolino; 2.248/2024 - do deputado João Gonçalves. Em seguida, deram continuidade às apreciações com os vetos: Veto nº 228/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 2.018/2024, de autoria do deputado Dr. Romualdo, que institui a Política Estadual de Combate às Fraudes Virtuais e aos Delitos Cibernéticos no Estado da Paraíba e dá outras providências. Relatora especial, a deputada Danielle do Vale, deu seu parecer pela manutenção do veto. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Veto nº 229/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade e por ser contrário ao interesse público, ao Projeto de Lei nº 2.586/2024, de autoria do deputado Adriano Galdino, que institui a aprendizagem do uso ético da Inteligência Artificial (IA) nas escolas da rede pública de ensino estadual da Paraíba. Relator especial, o deputado João Gonçalves, deu parecer pela manutenção do veto. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Veto nº 231/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 776/2023, de autoria do deputado Caio Roberto, que dispõe sobre a estadualização do trecho da estrada que liga o município de Sumé/PB ao distrito de Pio X no Estado da Paraíba. Relatora especial, a deputada Danielle do Vale, deu seu parecer pela manutenção do veto. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Veto nº 232/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade e por ser contrário ao interesse público ao Projeto de Lei nº 4.102/2025, de autoria do deputado Wallber Virgolino, que estabelece diretrizes para o combate à violência contra a mulher no ambiente universitário, no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Relator especial, o deputado João Gonçalves, deu parecer pela manutenção do veto. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, o parecer foi aprovado, com voto contrário da deputada Camila Toscano. Veto nº 236/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade e por ser contrário ao interesse público ao Projeto de Lei nº 2.433/2024, de autoria do deputado Dr. Taciano Diniz, que dispõe sobre laudos médicos destinados às pessoas com deficiência e dá outras providências. Relatora especial, a deputada Silvia Benjamin, deu seu parecer pela manutenção do veto. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Veto nº 237/2025 - do Governador do Estado - veto total por ser contrário ao interesse público ao Projeto de Lei nº



4.140/2025, de autoria do deputado Dr. Taciano Diniz, que garante à parturiente a possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como à analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal. Relator especial, o deputado João Gonçalves, deu parecer pela manutenção do veto. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, o parecer foi aprovado, com voto contrário da deputada Camila Toscano. Veto nº 238/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 3.074/2024, de autoria do deputado Wallber Virgolino, que institui a obrigatoriedade de dispositivos sonoros internos nos veículos de transporte coletivo, com o objetivo de informar aos deficientes visuais sobre os locais de desembarque. Relatora especial, a deputada Danielle do Vale, deu seu parecer pela manutenção do veto. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, o parecer foi aprovado, com voto contrário da deputada Camila Toscano. Dando continuidade, foram apreciados em bloco os projetos: 2.723/2024 - do deputado Jutay Meneses; 4.935/2025 - do deputado Sargento Neto; 5.026/2025 - do deputado Chio; 5.031/2025 - do deputado Filipe; 5.038/2025 - do deputado Taciano; 5.059/2025 - da deputada Cida; 5.061/2025 - do deputado Cida; 5.093/2025 - do deputado Branco Mendes; 5.103/2025 - do deputado Doutor Romualdo; 5.120/2025 - do deputado Branco Mendes; 5.125/2025 - do deputado Wallber Virgolino; 5.126/2025 - do deputado Michel; 5.145/2025 - do deputado Branco Mendes; 5.197/2025 - do deputado Chio; 5.209/2025 - do deputado Wallber Virgolino; 5.249/2025 - do deputado Branco Mendes; 5.264/2025 - do deputado Adriano Galdino; 5.395/2025 - do deputado Danielle; 5.399/2025 - do deputado Danielle; 5.411/2025 - do deputado Branco Mendes; 5.448/2025 - da deputada Cida; 5.456/2025 - do deputado Tanilson; 5.516/2025 - dos deputados Jutay; 5.525/2025 - do deputado Adriano Galdino; 5.529/2025 - dos deputados Adriano Galdino. A relatora foi a deputada Camila Toscano, que deu parecer pela aprovação. Sem discussão, o parecer foi aprovado por todos os deputados presentes. Ato contínuo, os Projetos de Lei nº 286/2023 - do deputado Michel Henrique - institui a carteira de identificação da pessoa com epilepsia no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 585/2023 - do deputado Wallber Virgolino - dispõe sobre o reconhecimento do risco da atividade profissional exercida por advogado(a) no Estado da Paraíba. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 1.199/2023 - do deputado Wallber Virgolino - confere ao município de Sapé/PB o título de Capital Estadual do abacaxi. A relatora, deputada Camila Toscano, pediu vistas da matéria, adiando a apreciação. Projeto de Lei nº 1.379/2023 - do deputado Wilson Filho - reconhece no estado da Paraíba o profissional de educação física como “profissional da saúde”, definindo sua situação no âmbito hospitalar, e



outras providências. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 1.840/2024 - do deputado Wallber Virgolino - dispõe sobre a proibição da publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia, de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no estado da Paraíba. O relator, deputado João Gonçalves, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 1.936/2024 - do deputado Eduardo Carneiro - torna obrigatório o exame para diagnóstico da trombofilia nos postos de saúde e hospitais da rede pública do estado. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 1.971/2024 - do deputado Eduardo Carneiro - dispõe sobre as diretrizes para a criação de políticas públicas de incentivo ao trabalhador e trabalhadora com síndrome de Down no âmbito do estado da Paraíba. A relatora, deputada Silvia Benjamin, deu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da proposição, com apresentação de emenda supressiva. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer da relatora. Projeto de Lei nº 2.140/2024 - da deputada Cida Ramos - dispõe sobre a obrigatoriedade de aviso prévio para a troca de medidores de consumo por parte das concessionárias de serviços públicos, e dá outras providências no estado da Paraíba. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.281/2024 - do deputado Wallber Virgolino - estabelece a obrigatoriedade de notificação à autoridade policial nos casos de interrupção de gestação decorrente de estupro, bem como que tecidos fetais ou embrionários sejam preservados para fins de perícia genética. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.348/2024 - do deputado Anderson Monteiro - dispõe sobre os serviços comerciais de hotel para animais domésticos de pequeno a grande porte no estado da Paraíba. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela constitucionalidade com emenda supressiva. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer da relatora. Projeto de Lei nº 2.491/2024 - do deputado Dr. Romualdo - institui o “Registro de Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA –”, de base populacional, no estado da Paraíba, e dá outras providências, apenso o Projeto de Lei nº 2.801/2024. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.512/2024 - do deputado Galego Souza - dispõe sobre o atendimento prioritário aos pais e cuidadores de pessoas com deficiência nos locais que menciona e dá outras



providências. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.519/2024 - do deputado Caio Roberto - institui a campanha "Idosos órfãos de filhos vivos", sobre a orientação, conscientização, discussão e prevenção de cuidados aos idosos e suas consequências, e dá outras providências. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com emendas. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer da relatora. Projeto de Lei nº 2.548/2024 - do deputado Galego Souza - estabelece prioridade na alocação de pessoas com deficiência em órgãos públicos, na forma que especifica, e dá outras providências. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.816/2024 - do deputado Caio Roberto - altera a Lei nº 7.486, de 1º de dezembro de 2003. O deputado João Gonçalves pediu vistas da matéria, adiando a apreciação. Projeto de Lei nº 2.835/2024 - do deputado Jutay Meneses - institui a telemedicina para atendimento especializado às pessoas com deficiência no estado da Paraíba. O relator, deputado João Gonçalves, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.848/2024 - do deputado Jutay Meneses - dispõe sobre a criação do programa Jovem Economista Paraibano. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.880/2024 - do deputado Anderson Monteiro - institui a campanha "Novembro Verde", com o objetivo de trazer conscientização e sensibilização sobre a ostomia. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.882/2024 - do deputado Anderson Monteiro - institui a "Lei da Transparência e Prestação de Contas na Saúde" no estado da Paraíba. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.884/2024 - do deputado João Gonçalves - dispõe sobre a criação do selo "Cidade Empreendedora", concedido aos municípios que tenham ações e políticas públicas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo de micro e pequeno porte, e dá outras providências. A relatora, deputada Silvia Benjamin, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.885/2024 - do deputado João Gonçalves - institui o "Selo Cinquenta Mais", destinado a empresas que ofereçam oportunidade de emprego para pessoas com mais de 50 anos de idade. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela constitucionalidade da matéria com emenda supressiva. Em discussão, não



houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer da relatora. Projeto de Lei nº 2.886/2024 - do deputado João Gonçalves - dispõe sobre a prioridade no fornecimento de medicamentos e tratamento contínuo para pessoas com hemofilia. A relatora, deputada Silvia Benjamin, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.887/2024 - do deputado João Gonçalves - dispõe sobre a criação de uma plataforma de informe estadual para registros de casos de leishmaniose, leptospirose e esporotricose em animais atendidos por veterinários, tornando a notificação dessas doenças compulsória. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.929/2024 - do deputado Jutay Meneses - dispõe sobre a criação da política estadual de reabilitação integral da pessoa amputada no estado da Paraíba. O relator, deputado João Gonçalves, deu parecer pela constitucionalidade. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 2.990/2024 - do deputado Jutay Meneses - altera o art. 1º da Lei Estadual nº 12.226, de 21 de fevereiro de 2022. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.052/2024 - do deputado Luciano Cartaxo - institui a Política Estadual de Conscientização e Prevenção de Acidentes com Redes Elétricas em situações de eventos climáticos, e dá outras providências. A relatora, deputada Silvia Benjamin, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.144/2024 - do deputado Gilbertinho - assegura a disponibilização de cardápios na forma de pictogramas, em estabelecimentos que comercializem alimentos e bebidas, para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no estado da Paraíba. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.195/2024 - do deputado Sargento Neto - proíbe a inclusão de cláusulas que permitam o cancelamento unilateral de contratos de planos de saúde, quando o titular ou dependente for pessoa com transtorno do espectro autista (TEA), no âmbito do estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer da relatora. Projeto de Lei nº 3.206/2024 - do deputado Fábio Ramalho - institui a Política Estadual de Apoio às “Mães Pâncreas” no estado da Paraíba e dá outras providências. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer da relatora. Projeto de Lei nº 3.232/2024 - do deputado Inácio Falcão - dispõe sobre a concessão do direito a



uma folga anual para a mulher realizar exames de controle do câncer de mama e do colo do útero, no âmbito do estado da Paraíba. Apenso o PLO nº 3.840/2025. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela inconstitucionalidade, com a prejudicialidade do apenso 3.840/2025. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer da relatora. Projeto de Lei nº 3.275/2024 - do deputado Gilbertinho - institui o Programa Estadual de Telemedicina para Regiões Rurais e Remotas, com o objetivo de ampliar o acesso à saúde por meio de consultas à distância, utilizando tecnologias de informação e comunicação, visando à melhoria da qualidade do atendimento médico e à inclusão social da população das áreas mais isoladas do estado. Estabelece normas para implementação, financiamento e acompanhamento do programa, e dá outras providências. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.276/2024 - do deputado Gilbertinho - institui o Programa de Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Reúso de Água para Agricultura Sustentável no estado da Paraíba, com o objetivo de promover o uso sustentável da água na agricultura, incentivando a pesquisa e a implementação de tecnologias voltadas ao reúso de água, à captação de água de chuva e à adaptação das práticas agrícolas às condições do semiárido. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.316/2024 - do deputado João Gonçalves - institui o Programa Banco Vermelho como uma campanha de conscientização, prevenção, informação e sensibilização sobre o enfrentamento à violência contra a mulher e ao feminicídio no estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.498/2024 - do deputado Dr. Romualdo - estabelece o programa de estágio de vivência interdisciplinar agroecológica em assentamentos da reforma agrária e áreas de produção agrícola familiar no âmbito do estado da Paraíba. Apenso os PLOs nº 3.550/2024 e 3.921/2025. O relator, deputado João Gonçalves, deu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com apresentação de emenda de redação. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer do relator. Projeto de Lei nº 3.575/2025 - do deputado Fábio Ramalho - institui a Política de Educação Patrimonial e Cultural no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências. Apenso o PLO nº 3.848/2025. O relator, deputado João Gonçalves, deu parecer pela constitucionalidade do projeto, com apresentação de emenda supressiva. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer do relator. Projeto de Lei nº 3.590/2025 - do deputado Galego Souza - dispõe sobre a criação da "Central de Acolhimento" aos condutores de veículos da área da saúde dos municípios que se destinam a levar pacientes para consultas em João Pessoa e dá outras providências. A relatora, deputada Camila Toscano,



deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.603/2025 - do deputado Dr. Romualdo - dispõe sobre a obrigação da disponibilização de interpretação em língua brasileira de sinais (Libras) nos cursos online fornecidos e/ou subsidiados pelo estado da Paraíba. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.604/2025 - do deputado Dr. Romualdo - dispõe sobre a obrigatoriedade de os planos de saúde disponibilizarem o contrato firmado com os consumidores em seus aplicativos e/ou plataformas digitais, no âmbito do estado da Paraíba. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.609/2025 - da deputada Danielle do Vale - institui a política estadual de incentivo e fomento às feiras da agricultura familiar agroecológicas no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.641/2025 - do deputado Inácio Falcão - dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas com epilepsia, no estado da Paraíba. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela constitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.646/2025 - do deputado Inácio Falcão - dispõe sobre a instalação de painéis informativos nos pontos de ônibus, indicando os horários das linhas de transporte intermunicipal de passageiros no estado da Paraíba e dá outras providências. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.652/2025 - do deputado Galego Souza - proíbe a realização de hormonioterapia, intervenções cirúrgicas e outros tratamentos de transição de gênero em menores no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatora, deputada Danielle do Vale, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.731/2025 - do deputado Caio Roberto - trata da lei estadual de reconhecimento dos personal trainers como profissionais de saúde. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Projeto de Lei nº 3.743/2025 - do deputado Galego Souza - dispõe sobre a publicidade institucional da Administração Direta ou Indireta. O relator, deputado João Gonçalves, deu parecer pela injuridicidade da propositura. Em votação, foi aprovado o parecer do relator. Projeto de Lei nº 3.753/2025 - do deputado Jutay Meneses - dispõe sobre a instituição da semana estadual de prevenção da esteatose hepática no estado da Paraíba. A relatora, deputada Silvia



Benjamin, deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer pela inconstitucionalidade. Após, foram apreciadas as resoluções 485/2025 - do deputado Eduardo Brito que dispõe sobre a concessão da Medalha Epitácio Pessoa ao Dr. Huacy Ragner Amaral de Magalhães, e 545/2025 - dos deputados Bosco Carneiro e Adriano Galdino - que concede a Medalha Mérito Jurídico Tarcísio de Miranda Burity ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Farias de Souza Filho, Procurador de Justiça, em reconhecimento público à sua trajetória jurídica e à sua relevante contribuição ao Sistema de Justiça e ao Ensino e Pesquisa das Ciências Jurídicas e Sociais. A relatora, deputada Camila Toscano, deu parecer pela aprovação e admissibilidade das resoluções. Em discussão, não houve inscritos. Em votação, foi aprovado o parecer da relatora. Ato contínuo, o Presidente, deputado João Gonçalves, sem mais matérias para analisar, declarou encerrada a presente sessão. O inteiro teor da reunião foi gravado. As notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata foi devidamente lavrada e, após aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. Sala das Sessões, João Pessoa-PB, 21 de outubro de 2025.

Presidente